



Irmãos Rebouças no Paraná do século 19 e os intelectuais negros

Etienne Baldez Louzada Barbosa^{1*}, Juarez José Tuchinski dos Anjos¹ e Paulo Vinícius Baptista da Silva²

¹Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, s/n., 70910-900, Brasília, Distrito Federal, Brasil. ²Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: blb_etienne@hotmail.com

RESUMO. Este artigo analisa o legado dos irmãos Antonio e André Rebouças no Estado do Paraná para, a partir da trajetória deles, pensar a participação de intelectuais negros na formação histórica dessa região. O artigo divide-se em duas partes. Na primeira, segue o rastro dos irmãos Rebouças no Paraná, através do método indiciário, indagando algumas das fontes documentais. Na segunda, tensiona a historiografia e a memória paranaense acerca dos dois irmãos, contrapondo-as a outras fontes. O contato com fontes primárias (em particular a imprensa periódica e fotografias) revela o quanto tal sociedade foi marcada pela atuação do negro, não apenas no campo econômico – escravizado ou como trabalhador livre – mas também no campo intelectual. Ao mesmo tempo, demonstra como a identidade racial dos Rebouças e outros intelectuais negros sofria apagamento já no período em que viveram, por meio de estratégias de embranquecimento social, próprias de uma sociedade racista e personalista como era a brasileira, em geral, e a paranaense, em particular. Esse paradoxo, a nosso ver, é uma importante pista para a produção de outra memória e história sobre a presença de Antonio, André e demais negros intelectuais no passado paranaense.

Palavras chave: intelectuais negros; memória; Paraná século XIX.

Rebouças brothers in the Paraná of the 19th century and the black intellectuals

ABSTRACT. This article analyzes the legacy of the brothers Antonio and André Rebouças in the state of Paraná in order to, through their trajectories, think about the participation of black intellectuals in the historical formation of this region. The article is divided into two parts. At first, it follows the trail of the Rebouças brothers, through the evidential method, questioning some of the documentary sources. In the second part, it tenses the Rebouças historiography and memory in Paraná, comparing them to other sources. Contact with primary sources (in particular the newspapers press and photographs) reveals how such a society was marked by the black performance, not only in the economic field - enslaved or as a free worker - but also in the intellectual field. At the same time, it demonstrates how the racial identity of the Rebouças and other black intellectuals already suffered erasure in the period in which they lived, through social whitening strategies, characteristic of a racist and personalist society as was the Brazilian in general, and Paraná's in particular. This paradox, in our view, is an important clue to the production of another memory and history about the presence of Antonio, André and other black intellectuals in Paraná's past.

Keywords: black intellectuals; memory, Paraná 19th century.

Hermanos Rebouças en el Paraná del siglo 19 y los intelectuales negros

RESUMEN. Este artículo analiza el legado de los hermanos Antonio y André Rebouças en el Estado de Paraná para, a partir de su trayectoria, pensar la participación de intelectuales negros en la formación histórica de esa región. El artículo se divide en dos partes. En la primera, sigue el rastro de los hermanos Rebouças en el Paraná, a través del método indiciario, indagando algunas de las fuentes documentales. En la segunda, tensa la historiografía y la memoria paranaense acerca de los dos hermanos, contraponiéndolas a otras fuentes. El contacto con fuentes primarias (en particular la prensa periódica y fotografías) revela cuán tal sociedad fue marcada por la actuación del negro, no sólo en el campo económico - esclavizado o como trabajador libre - sino también en el campo intelectual. Al mismo tiempo, demuestra cómo la identidad racial de los Rebouças y otros intelectuales negros, sufría la supresión ya en el período en que vivieron, por medio de estrategias de blanqueamiento social, propias de

una sociedad racista y personalista como era la brasileña, en general, y la paranaense, en particular. Esta paradoja, a nuestro ver, es una importante pista para la producción de otra memoria e historia sobre la presencia de Antonio, Andrés y demás negros intelectuales en el pasado paranaense.

Palabras-clave: intelectuales negros; memoria; Paraná siglo XIX.

Received on November 30, 2018.

Accepted on May 17, 2019.

Introdução

Este artigo deriva das atividades realizadas por nós no âmbito do Projeto de Extensão ‘Irmãos Rebouças no Paraná’, desenvolvido no Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Esse projeto consiste em pesquisa historiográfica sobre o legado dos irmãos Antonio e André Rebouças no Estado para, a partir da trajetória deles, pensar a presença e participação de intelectuais negros na formação histórica dessa região. Com base na sistematização de um acervo documental e iconográfico, planeja-se, em um futuro próximo, um ambiente virtual e um ambiente físico que se constituirá em ‘memorial’, a ser instalado nas dependências do novo campus da UFPR, em Curitiba. De fato, a abertura deste novo campus, destinado a abrigar o Setor de Educação, deu ensejo à proposta de criação de um memorial dedicado aos irmãos Antonio e André Rebouças, posto que ele, localizado no bairro homônimo da capital paranaense, levará também, por referência indireta, o nome destes dois engenheiros negros, do tempo do Império.

O prédio no qual funcionará o setor de Educação, inclusive, é o antigo edifício da administração da extinta Rede Ferroviária Federal, cujo traçado dos primeiros trilhos que cortaram o Paraná foi feito pelos irmãos Rebouças. Além disso, os embates vividos por estes irmãos durante sua vida, numa sociedade sulcada por profundas diferenças econômicas e atravessada pelo preconceito racial, ainda ecoam no contexto brasileiro atual, marcado por preocupações com a democratização do ensino superior para grupos historicamente dele excluídos, como os jovens vindos das classes menos favorecidas ou de grupos étnico-raciais como os descendentes de comunidades indígenas, negras e quilombolas. Entendemos que alguns aspectos dos desafios enfrentados por Antonio e André Rebouças, sobretudo enquanto intelectuais negros, ainda permanecem, certamente com especificidades próprias do nosso tempo, na agenda de trabalho de estudantes e professores que desenvolverão suas atividades neste novo espaço da Universidade Federal do Paraná.

Porém, como é comum ocorrer em situações como esta – um novo espaço físico, batizado com o nome de ‘alguém importante’ –, as chances de que boa parte da comunidade acadêmica jamais pare seus afazeres para refletir e estabelecer relações entre o nome do campus, os atores históricos ao qual se refere, o grupo étnico-racial ao qual pertenciam e, mais ainda, a relação profunda que tiveram com o Estado no qual funciona a Universidade e os projetos e empenhos de estudantes e professores no tempo presente com a causa da educação pública e/ou superior, é muito grande. A produção de um lugar de memória, para usar a expressão consagrada por Pierre Nora (1993), se propõe a evitar que isso aconteça.

É claro que a História, ao contrário do que pensavam os filósofos de dois séculos atrás ou o mal entendido senso comum que ainda paira sobre esta disciplina, não é ‘mestra da vida’ e tampouco é feita para oferecer-nos respostas prontas ao nosso presente. Tal intenção, além de absurda, é perigosa, pois erige heróis e vilões, esquecendo-se que a vida se faz de conflitos e contradições, tanto a dos que nos precederam quanto a nossa própria. E essas lutas, conflitos e contradições só são corretamente entendidos nos contextos específicos em que se travaram e continuam a se travar: tentar entendê-las fora do tempo que as torna inteligíveis, é cair no anacronismo, como o denunciaram mais de uma vez Marc Bloch (2009) e Lucien Febvre (1989).

Entretanto, olhar para a história dos irmãos Rebouças, dos intelectuais negros no Paraná Oitocentista e procurar recuperá-la não se insere, por outro lado, no mero diletantismo, pois é inegável que questões profundas que envolveram suas vidas continuam sendo objeto de reflexão e polêmica em nossos dias. Se as lutas contra as formas de hierarquia racial que eram estabelecidas no Oitocentos se modificaram, atualizaram, adaptaram, ao mesmo tempo, mantiveram diversas características específicas ao longo das décadas que nos separam destes personagens, sendo entendidas ainda hoje como busca de emancipação da população negra nos diversos aspectos da experiência social. A constatação nos leva, assim, ao outro extremo: se a História não oferece respostas ao presente, ela também não é uma vitrine na qual, apropriando-nos da expressão irônica do título de um artigo de Robert Darnton (2005), o historiador retira esqueletos do armário para pô-los à admiração pública. A nosso ver, o memorial insere-se melhor como um

espaço voltado ao estabelecimento do diálogo entre o 'outro' e o 'mesmo', do qual nos fala o historiador da educação Henri-Iréné Marrou:

A fecundidade do conhecimento histórico reside, sobretudo, no diálogo que institui, entre nós, entre o 'outro' e o 'mesmo'. Tornamo-nos diferentes de nossos pais o bastante para que a educação deles nos apareça, em larga medida, sobre a categoria do 'outro': podem, ultimamente, surpreender-nos nela muitas coisas que se opõem à nossa prática e às nossas aspirações. [...] A fecundidade do diálogo não exige que renunciemos, por isso, a continuarmos sendo nós mesmos: simples instrumento de cultura, ela alarga nossa perspectiva, despoja o moderno dessa ingênua suficiência que o impedia de imaginar que se tenha podido ser diferente dele. Entretanto, se nos leva a refletir, não nos leva necessariamente a infletir nossa ação: o exemplo que a história nos propõe obriga-nos unicamente a verificar a solidez e a pertinência de nossas opções e tornar a nossa vontade consciente de si mesma (Marrou, 1971, p. 5, grifo do autor).

Desse modo, espera-se, com a criação do memorial Irmãos Rebouças, proporcionar à comunidade acadêmica um espaço de conhecimento sobre a ação e trajetória de dois atores históricos do passado brasileiro, que tiveram um papel importante no processo de desenvolvimento e modernização do Estado do Paraná. Ao mesmo tempo, convidar à reflexão sobre a participação da população negra e seus intelectuais nesse processo, à luz dos inúmeros compromissos que a educação é chamada a assumir no interior de nossa sociedade no tempo presente, que passa pela superação de obstáculos e preconceitos historicamente construídos e reproduzidos. Todavia, os 'exemplos' dos Irmãos Rebouças e dos intelectuais negros do Paraná de século e meio atrás não nos dão respostas ou tornam-se estímulo a buscar novas conquistas: eles simplesmente nos fazem ponderar, refletir e perceber que os laços que nos unem aos homens e mulheres do passado podem nos ajudar a pensar na solidez de nossas posições, propostas, compromissos e projetos atuais, tornando essa nossa vontade de ação mais firme de seus valores e ideais, mas também de seus limites. E para quem vive e respira compromissos com a educação e por meio dela com a sociedade contemporânea, como será o perfil da comunidade que ocupará o Campus Rebouças, nunca é demais ter oportunidades para pensar essas importantes questões. O memorial será, assim, um espaço que oportunizará este diálogo entre nós, o 'outro' e o 'mesmo', em forma de exercício intelectual.

Em face do exposto, socializando algumas das reflexões que temos empreendido e que evidenciam a importância e relevância da criação de um lugar de memória sobre a atuação dos Irmãos Rebouças e de outros intelectuais negros no passado paranaense, nosso objetivo é abordar alguns aspectos relativos à trajetória dos Irmãos Rebouças no Brasil e no Paraná do século 19, problematizando o lugar que estes personagens e outros intelectuais do grupo étnico-racial do qual faziam parte têm ocupado na história e na memória paranaense.

O artigo divide-se em duas partes. Na primeira, seguimos o rastro dos irmãos Rebouças no Paraná, através do método indiciário de que fala Carlo Ginzburg (1990), indagando algumas das fontes documentais arroladas no projeto de extensão. Na segunda, tensionamos a historiografia e a memória paranaense acerca dos dois irmãos, contrapondo-as a outras fontes, que anunciam a possibilidade de escrita de novas narrativas históricas e memórias em torno desses personagens da história do Paraná, que evidenciam a presença não apenas de dois negros notáveis nas experiências históricas paranaenses, mas também de outros intelectuais negros, ainda que suas identidades étnico-raciais, muitas vezes, tenham sido apagadas pelas estratégias de branqueamento da qual precisaram se valer para alcançar a afirmação social. Antes de avançar, porém, cumpre apresentar ao leitor breves esclarecimentos acerca da questão racial e da noção de intelectual negro com as quais operamos aqui.

Na segunda metade do século XIX, tempo de participação de nossos personagens na realidade paranaense, as formas de compreensão e classificação racial estiveram em ebulição. No período escravocrata as formas de classificação social em 'cativo' ou 'livre' traziam marcas sociais muito efetivas e, negros e negras livres, como no caso de nossos protagonistas, tinham acesso a espaços sociais e a recursos materiais e simbólicos por tal condição. Uma interpretação é que a classificação em relação a condição de escravo ou livre era mais importante que a classificação de raça/cor. Por outro lado não podemos esquecer que os regimes escravocratas estavam imersos em taxonomias racistas, primeiro numa legitimação religiosa e no século XIX, especialmente, no 'racismo científico', nas doutrinas pseudocientíficas que orientavam a hierarquia estabelecida pelos europeus em sua empreitada colonizadora de então.

Além disso, no século XIX as ideias do 'racismo (que se dizia) científico' foram traduzidas, estudadas e divulgadas no Brasil, sendo que na segunda metade do século a intelectualidade brasileira era altamente influenciada pelas teorias racistas (Skidmore, 1976). Neste período muitos autores insistiam nos malefícios da miscigenação, que determinaria uma população deficiente. A grande mistura de raças foi utilizada como

hipótese para o pouco desenvolvimento do país. A saída encontrada foi a absorção parcial das teorias raciais produzidas na Europa, vindo a constituir-se um modelo racial particular. Acabou predominando uma posição otimista sobre a miscigenação. Esta concepção foi a base para a “[...] solução brasileira [...]” (Skidmore, 1976, p. 81), a teoria do ‘branqueamento’. A particularidade do racismo brasileiro foi reestruturar as teorias raciais europeias ao contexto local, privando-as da concepção de necessária degenerescência causada pela miscigenação. A doutrina do branqueamento pendeu para uma explicação inversa ao ‘racismo científico’. Mantendo a hierarquia em relação ao branco e apontando-o como ideal, considerou que a inferioridade da raça negra seria abrandada com a miscigenação, à medida que os traços fenotípicos deixassem de ser tão marcados. Portanto, temos um quadro que envolve de complexidade os nossos personagens. Engenheiros formados em centro cultural mais desenvolvido e muito respeitados na corte vêm ao Paraná tendo como missão ajudar a desenvolver a Província que engatinhava (após a emancipação de 1853). Traziam, porém, as marcas do que veio a ser conceitualmente definido como ‘defeito de cor’.

Mas, isso não impediu que esses e alguns outros negros que pelo Paraná passaram e nele viveram parte de suas vidas no século XIX, tivessem relações muito peculiares com o Estado e a sociedade paranaense por meio da palavra escrita, tendo oportunidade de, através dela, expressarem suas ideias e opiniões relativas às diversas questões e problemas do seu tempo, especialmente, aqueles sobre os quais se sentiam devidamente equipados e preparados para discutir e debater. Foram o que temos designado, no contato com a documentação aqui mobilizada, de ‘intelectuais negros’, isto é, homens negros (com isso, atravessados por todas as tensões que esse pertencimento étnico racial então comportava) que fizeram da palavra uma de suas formas de estar e agir no mundo, foram ouvidos (o que não significa terem sido sempre acolhidos!) e, por meio dessa atividade intelectual – radicalmente diferente da atividade manual ou mecânica a que a maior parte dos brasileiros do Oitocentos, sobretudo negros, era familiarizada –, foram vistos de forma diferenciada pelos demais intelectuais (geralmente brancos) da época; buscaram intervir e influir tanto na vida da população em geral, como, eventualmente, da população negra em particular.

Ademais, no período prévio à Abolição, as classificações de raça/cor eram ainda atravessadas pela própria condição relativa ao sistema escravocrata, ou seja, forro (livre) ou cativo era uma classificação que perpassava a condição racial. Não sem tensões como revelam, por exemplo, as obras de Luis Gama (1904) – (ver o poema épico *Bodarrada*); de Maria Firmina dos Reis (1988) (ver o romance *Úrsula*) e em muitos escritos de Machado de Assis (ver a obra *Machado de Assis afro-descendente*, na qual Eduardo de Assis Duarte (2007) – copiou escritos diversos e analisou nos mesmos a negritude de Machado). Para o nosso foco, os intelectuais negros do século XIX, forros e que receberam uma esmerada educação, apoiavam-se nesta condição para circular entre os doutos, na corte e nas Províncias. Ao mesmo tempo sua condição de cor não era neutra e se revela em formas de tratamento; em restrições com que se depararam e, em especial, na sua obra, nas propostas que apresentaram tanto as abolicionistas quanto as de desenvolvimento do negro junto com a sociedade brasileira (advogando, por exemplo, indenizações aos escravizados e descendentes).

Feitas essas observações, sigamos os passos dos Irmãos Rebouças e outros intelectuais negros do seu tempo pela Província do Paraná.

Dois engenheiros negros na Província

André Rebouças nasceu em 1838 e faleceu em 1898. Já Antonio Pereira Rebouças, seu irmão, nasceu em 1839 e faleceu em 1874. Eram negros e filhos do famoso advogado e estadista Antonio Rebouças (1798-1880). Em 1858, ambos concluíram o curso de engenharia e após um período de estudos na Europa, patrocinado pelo governo Imperial (1861-1862), regressaram ao Brasil empregando-se em diferentes serviços públicos. Sobre o campo por eles escolhido para atuação profissional, esclarece Alexandre Dantas Trindade (2007):

Apesar do entusiasmo de ambos pela engenharia civil e pelos empreendimentos portuários (no caso de André) e rodoferroviários (no caso de Antônio, embora André também atuasse intermitentemente em alguns empreendimentos, mas como administrador e acionista), foram como engenheiros militares que iniciaram suas carreiras, em seu retorno ao Brasil em fins de 1862 (Trindade, 2007, p. 5).

Dentre as diversas ocupações para as quais foi designado Antonio pelo governo imperial, a partir de 1864, esteve a que lhe trouxe ao Paraná, para trabalhar na construção da estrada de rodagem ligando Antonina a Curitiba (a Estrada da Graciosa). Aqui, ficaria até 1867, quando recebeu nomeação para trabalhos no Chile. A estrada da Graciosa era, naquele momento, a maior necessidade e dor de cabeça do governo

provincial. Necessidade, pois, conforme Bruno Schiminski (2009, p. 36), sua construção “[...] representava uma forma de redenção para [a Província e] suas mazelas, que impediam seu desenvolvimento econômico e social [...]”, e dor de cabeça, por conta, de um lado, do desenho da serra, que vinha colocando inúmeros obstáculos à conclusão da empreitada e, por outro, problemas de administração dos próprios trabalhos, feitos, ao que parece, com pouco método. A estrada, de fato, levaria 19 anos para ser concluída, numa periodização que, para Schiminski (2009), pode ser estabelecida em dois momentos: primeiro, “[...] de 1854 a 1864, período de poucas melhoras significativas; o segundo, de 1864 a 1873, período produtivo, no qual resultou sua conclusão” (Schiminski, 2009, p. 36). Como se nota, a chegada de Antonio Rebouças, a aceitar-se a periodização aludida, teria sido o divisor de águas no processo de conclusão da obra.

Durante sua permanência em nossa região, Antonio Rebouças produziu uma série de relatórios acerca de melhoramentos nas vias de comunicação, quase todos acessíveis aos pesquisadores por estarem anexados aos Relatórios dos Presidentes da Província, concernentes ao período 1865-1869 (isto é, publicados mesmo após sua partida, o que sugere que continuou a manter relações profissionais com o governo paranaense). São dessa época também as correspondências trocadas com a presidência da Província, preservadas em dois códices no Departamento de Arquivo Público Estadual do Paraná bem como na coleção de correspondências do governo. Ali, repousam também algumas plantas e croquis por ele assinados. Das correspondências emergem, da parte das autoridades, elogios à ação do engenheiro; de sua parte, o pedido por equipamentos mais modernos, possivelmente, similares aos que ele e o irmão conheceram em suas viagens de estudo na Europa, denotando a preocupação de imprimir maior agilidade e racionalidade aos trabalhos de construção da via sob sua responsabilidade.

Apesar de a Estrada da Graciosa ter sido o grande motivo de sua vinda, cremos que pelas inúmeras necessidades que a jovem província apresentava em termos de obras públicas, somadas às habilidades que todos pareciam reconhecer no igualmente jovem engenheiro, outros trabalhos lhe foram solicitados. Entre projetos e obras efetivamente executadas, os relatórios dos presidentes da Província nos dão conta de estudos para a construção de uma ponte de embarque na cidade de Antonina em 1864 e do respectivo projeto do ano seguinte (Carmo, 1864; Fleury, 1865); projeto de uma reforma na Matriz de São José dos Pinhais (Fleury, 1865); execução de uma ponte sobre o Rio Capivary (Fleury, 1865), consertos e reparos na Estrada do Arraial (Fleury, 1866) e na estrada que ligava Morretes ao Porto de Cima (Leão, 1866). Ainda nessa região, organizou planos e contratos para uma ponte sobre o rio Nhundiaquara, ligando Morretes ao Porto de Cima (Leão, 1866). Antes de ser nomeado para conduzir trabalhos no Chile (que o afastariam geograficamente do Paraná), foi indicado para representar a Província na Exposição Nacional, na Corte, na qual foram ostentados produtos, madeiras, vegetais e minerais do Paraná (Burlamaque, 1867).

Em 1871 retornou à Província para a inauguração dos trabalhos da estrada ligando à Província ao Mato Grosso, tendo um discurso seu que realizou na ocasião sido publicado no jornal *O Dezenove de Dezembro* (Rebouças, 1871). Na verdade, desde 1869 vinha se dedicando a tal estrada, fazendo os projetos e estudos necessários para sua abertura (Carvalho, 1870). A estrada representava, naquele momento, o ambicioso desiderato do governo imperial de criar uma via que concedesse à Província do Mato Grosso uma ligação a um porto, no caso, o de Paranaguá (já que se encontraria com a Graciosa), o que traria desenvolvimento econômico a ambas as regiões. Ao que parece, Antonio só não continuou nos trabalhos da estrada por nomeação do governo central para outras atribuições, dentre as quais a abertura da estrada de ferro em São Paulo. Ainda assim, continuou realizando trabalhos para a província, como Chafariz do Largo do Mercado, em Curitiba e um dos estudos técnicos que aconselhou a demolição da antiga Matriz da cidade, o que daria lugar à construção da atual catedral (Wachowicz, 1993).

Antonio Rebouças veio a falecer em 1874, em decorrência de um acidente nas obras da Estrada de Ferro de São Paulo. Quando de sua morte o mesmo jornal da Província do Paraná que dera prelo às suas palavras na abertura da estrada do Mato Grosso, deu voz à triste notícia, lamentando a perda do engenheiro que durante “[...] sua residência nesta Província, deixou as mais significativas provas das qualidades que ornavam sua bela pessoa” (Falecimento de Antonio Rebouças, 1874, p. 3). No número subsequente, a população de Curitiba era convidada a assistir missa em memória do finado “[...] cujo nome será sempre saudoso a todos os paranaenses, pelos relevantes serviços que ele lembra a Província” (Missa em memória de Antonio Rebouças, 1874, p. 3).

Já André Rebouças, até onde é possível conhecer, com exceção do que pode ter sido uma rápida passagem por Paranaguá, no ano de 1862, rumo à Santa Catarina e visitas ocasionais para vistoriar seus negócios na

Província na década de 1870, parece que nunca esteve por longos períodos no Paraná. Boa parte do que conhecia e sabia a respeito da região – e não era pouca a informação que em seu diário íntimo demonstrava ter (Rebouças, 1938) – pode ter sido obtido junto de seu irmão, nos contatos com políticos paranaenses residentes na Corte (como Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e Manoel Francisco Correia, expoentes das oligarquias locais da elite campeira e da burguesia do mate, liberais e conservadores, respectivamente), ex-funcionários públicos da Província trabalhando no Rio de Janeiro e, particularmente, pelo estudo criterioso de mapas do território, tudo testemunhado em seus escritos pessoais.

Na década de 1870, André começou a publicação de inúmeras obras relativas ao Paraná, abordando temas estratégicos para o desenvolvimento econômico da Província, como a proposta de um caminho de ferro ligando a província com o Mato Grosso (Rebouças, 1871), Dados Estatísticos e Esclarecimentos para Imigrantes (Rebouças, 1875), estudo relativo ao acondicionamento da Erva-Mate (Rebouças, 1876a) e notas ao relato de Nestor Borba a uma excursão ao Salto do Guayrá (Rebouças, 1876b) além da proposta de criação de um Parque Nacional em terras Paranaenses, na região das hoje submersas Sete Quedas. Conforme Alexandre Dantas Trindade: “[...] para os Rebouças, a Província do Paraná soava estratégica do ponto de vista de seu potencial econômico e geopolítico, e ambos ansiavam por elevá-la ao que de melhor a tecnologia e os métodos de gerenciamento europeu e norte-americanos pudessem oferecer” (Trindade, 2007, p. 3).

A respeito das relações do Rebouças com a Província do Paraná devem ser mencionados, ainda, dois empreendimentos dos quais tomaram parte separadamente e que tinham por foco de atuação esta região: uma sociedade estabelecida entre Antonio Rebouças e o Barão de Mauá, William Lloyd, Capitão Palm e Thomas Chochrane no ano de 1871 para “[...] o estudo de uma linha férrea de Curitiba a Miranda e navegação dos Rios Ivaí, Ivinhema, Brilhante e Mondego [...]” (Negrão, 1975, p. 49) e uma Companhia Florestal para exploração “[...] das florestas de Pinho do Paraná, sob a direção do Conde da Estrela, João Frederico Russel e Antonio Pinto Gomes, [e] dela eram empresários os engenheiros André e Antonio Rebouças” (Negrão, 1975, p. 23).

Em 1874, com a morte de Antonio, André Rebouças tentou manter a sociedade realizada pelo irmão para a construção da estrada de ferro, mas, segundo Alexandre Dantas, fracassou: “[...] a concessão original caducou e foi transferida em 1879 para a Companhia francesa *Cie Généréle des Chemins de Fer Brésiliens* que entregou a obra à firma belga *Société Anonyme des Travaux Dyle el Bacalan*” (Trindade, 2009, p. 11). Já a Companhia Florestal parece ter tido vida um pouco mais longa, não obstante os conflitos que foram se estabelecendo entre Rebouças e os Correia de Paranaguá (que conseguiram que o traçado original da estrada de ferro fosse iniciado em sua cidade e não em Antonina, como desejava Antonio Rebouças, então falecido) (Trindade, 2009). Evaldo Krüger relata em seu livro de memórias que pouco depois disso o empreendimento faliu, devido aos altos custos do transporte com carroças, que excediam o valor auferido com as vendas de madeira (Krüger, 1937).

A partir de 1879, quando é anunciada a eleição de André Rebouças para deputado pela Província do Paraná (Eleições, 1879), seu nome praticamente desaparece das fontes localizadas até o momento em nossas pesquisas, não sendo sequer mencionado, por exemplo, na inauguração da estrada de ferro em 1885, cujo traçado ajudou o irmão a projetar. Sabe-se, porém, que nessa década dedicava-se quase que integralmente à Campanha Abolicionista no Rio de Janeiro (Schueller & Pinto, 2012) e, segundo esparsas notícias dele na imprensa paranaense, à Sociedade Central de Imigração (1885, 1888), tendo falas suas publicadas na imprensa paranaense como que a reforçar a política imigrantista então vigente na região, que vinha substituindo o braço do cativo pelo do imigrante camponês europeu.

Os Irmãos Rebouças e os intelectuais negros na história e na memória paranaense

Ao longo do século posterior a seus falecimentos, a trajetória política e profissional dos irmãos Rebouças foi objeto de uma produção de memória, tanto em nível nacional quanto paranaense. Memória, todavia, produzida de forma díspar: enquanto o Brasil foi levado a lembrar de André Rebouças como um abolicionista da envergadura de um Joaquim Nabuco, o Paraná dedicou-se a ‘recordar’, com mais ênfase, Antonio Pereira Rebouças Filho.

Assim, em fins do século XIX, em nível nacional, Alfredo Taunay (que fora presidente da Província do Paraná) e Joaquim Nabuco, cada um a seu modo, redigiram importantes notas biográficas a respeito de André (Trindade, 2004) enquanto que no Paraná sua memória foi cultuada pelo Instituto Histórico,

Geográfico e Etnográfico Paranaense em, pelo menos, duas ocasiões, em publicações nos anos de 1917 e 1975.

Entrementes, como já dissemos, Antonio Rebouças é que tornou-se o objeto de predileção dos autores paranaenses, como atestam a publicação da *Revista do Club Curitibano* alusiva ao IV Centenário do Brasil (Cleve, 1900); a publicação comemorativa dos 50 anos da Estrada de Ferro, repleta de referências laudatórias ao engenheiro em vários dos artigos que a compunham (Negrão, 1935); a realização de conferência no Círculo de Estudos Bandeirantes em 1939 (Pilotto, 1939), dentre outras. Curiosamente, a Biblioteca Pública Paranaense, não obstante esse esforço memorialístico pendendo para um dos Rebouças, possui apenas obras escritas por André e nenhuma produzida por Antonio. Igualmente, no conjunto de pastas biográficas disponíveis para consulta, a do abolicionista é mais repleta de informações que a do Engenheiro da Estrada da Graciosa.

Como vem alertar o historiador britânico Peter Burke, a memória enquanto fenômeno social serve tanto para lembrar quanto para esquecer (Burke, 2000). Das lembranças e esquecimentos produzidos em torno dos Irmãos Rebouças, sobretudo no Paraná, o que parece se destacar é o tom de excepcionalidade de sua ação na sociedade do seu tempo. Se em parte concordamos com Giovanni Levi que, em História, não se deve sacrificar o excepcional na tentativa de enquadrá-lo no geral (Levi, 2014), pensamos, contudo, que tal excepcionalidade precisa ser compreendida à luz do contexto em que viveram, sob o risco de, em não se fazendo tal operação, mitifica-los.

Guiados por este entendimento é que temos pensado uma estruturação para o Memorial Rebouças que possa realizar tal contextualização de modo mais adequado, que permita aos que o visitarem, ler a trajetória desses personagens no confronto e contraste com a “invenção” da sociedade paranaense da época provincial, com especial destaque para a participação destes e de outros intelectuais negros no processo.

A historiografia paranaense tradicional e boa parte da intelectualidade denominada ‘paranista’ (cujo objetivo principal era a produção de uma identidade para o Paraná), na primeira metade do século XX, tratou de apagar os traços da participação dos negros na história da região. Iniciado com Romário Martins em sua *História do Paraná* (Martins, 1939), o mito de um Paraná europeu e branco teve seu ponto alto na polêmica obra de Wilson Martins, *Um Brasil diferente* (Martins, 1989), na qual afirmações como a ausência da escravidão e diminuto percentual de negros na formação social da região desde antes dos grandes fluxos migratórios de fins do século XIX, se tornariam clássicos exemplos do racismo dissimulado desses autores.

Na segunda metade do século passado, a história demográfica e a história social, produzidas no Departamento de História da UFPR, viriam a desmentir essas afirmações. Cecília Westphalen, fazendo aos paranistas uma crítica definitiva, amparada em fontes seriais, não apenas ajudou a derrubar o mito de um Paraná sem negros, como fez questão de observar, embora focando-se na escravidão:

Posso concluir pela existência do regime escravo no Paraná. Quanto aos que negam essa existência, temo que os eruditos que pretendem ver apenas o Paraná Branco e louro, estejam, ainda que inconscientemente, a serviço dos separatismos do tipo ‘O Sul é meu país’, quando não nos estertores do arianismo nazista. Todavia, de outro lado, penso que pode ser o ingênuo receio de encontrar entre os ancestrais, um pezinho na senzala [...] (Westphalen, 1997, p. 62, grifo do autor).

No caso dos Rebouças, autores paranistas não tinham como ignorar o fato de que esses engenheiros eram negros e, enquanto intelectuais, haviam dado decisiva contribuição para a construção do Paraná. Entretanto, quando se referem ao seu pertencimento étnico-racial, o fazem de forma bastante pontual, quando não dissimulada, no bojo do movimento interpretativo maior ao qual estavam alinhados, de negação da participação da população negra na formação da região.

Todavia, o contato com fontes primárias (em particular a imprensa periódica e fotografias) revela o quanto tal sociedade foi marcada pela atuação do negro, não apenas no campo econômico – escravizado ou como trabalhador livre – mas também no campo intelectual, no interior do qual, a nosso ver, os irmãos Rebouças devem ser colocados, mas junto de outros atores do período. Ao mesmo tempo, demonstra como a identidade racial dos Rebouças e outros intelectuais negros, sofria apagamento já no período em que viveram, por meio de estratégias de embranquecimento social, próprias de uma sociedade racista e personalista como era a brasileira, em geral, e a paranaense, em particular. Esse paradoxo, a nosso ver, é uma importante pista para a produção de outra memória e história sobre a presença de Antonio, André e demais negros intelectuais no passado paranaense.

No período em que o ‘racismo (que se dizia) científico’ mantinha certa hegemonia no pensamento social (a ponto de ser acreditado inclusive por diversos militantes anti escravidão e definir as políticas de

imigração de europeus, no Brasil e na América Latina) a alusão à condição racial dos personagens apresentava interdições e certas regras. Poderíamos lançar indagações à imprensa periódica paranaense oitocentista: quem era negro e quem era branco nas páginas dos jornais? Como determinar a cor atribuída e a cor auto percebida sem relacionar a mesma à situação de indivíduo livre e sua condição econômica e social? Identificar um negro intelectual durante a leitura da imprensa periódica paranaense, antes da década de 1880, é quase tão difícil quanto achar uma agulha no palheiro, como diz o dito popular. Mas eles lá estavam, mesmo que só saibamos de seu pertencimento racial pelo contraste com outras fontes, como a iconografia.

Em dezembro de 1879, uma nota no jornal *O Dezenove de Dezembro*, intitulada ‘Uma pitada’, trazia a seguinte pergunta: “[...] por que consentem nesta cidade que negros imundos escrevam... em papeluchos em forma de jornal?” (Uma pitada, 1879, p. 2). Em seguida, dava-se o exemplo de como um negro pode ser traiçoeiro “[...] pois não se recordam! Que, não há muito tempo, um cínico e atrevido negrão tentou ferir a probidade de seu senhor?” (Uma pitada, 1879, p. 2), porém, o texto não nos informa quem era esse sujeito que escrevia e para que jornal. Mas revela, sem dúvida, a resistência que havia em aceitar que um negro pudesse exercer uma atividade intelectual, como era o periodismo. Pela ironia do título e o exemplo que ligava o negro ao senhor, podemos aferir que esse sujeito ou era escravo ou, muito provavelmente, era liberto, o que aumentava ainda mais a aversão do autor da nota a esse negro escritor. Mas tal incômodo quanto à cor não assolou os redatores e leitores daquela mesma folha quando o nome e as ações de um ilustre ‘mulato’ compareciam em suas páginas desde a emancipação da província: era ele o presidente Zacarias Gois e Vasconcellos¹.

Dentro de uma sociedade de desigualdade e pouca representatividade para a própria população, a possibilidade de inserção do negro livre, educado, possuidor de algum poder econômico, ocorria, mas também dependia das relações que travava e o ‘lugar’ que ocupava. Zacarias Gois e Vasconcellos conseguiu unir ao longo de sua vida a condição econômica e cultural, atrelada a uma rede de relações que contribuiu para que ocupasse cargos de poder no século XIX, sem que o fato dele ser negro/mestiço fosse um problema ou merecesse ser apontado. Esse lugar de destaque, na província paranaense, pode ser vislumbrado nas páginas do jornal *O Dezenove de Dezembro*, onde é possível acompanhar o movimento de reorganização da recém-inaugurada província, por ele liderada, como a construção de estradas que ligassem a capital ao litoral, a divisão judiciária, o mapeamento e organização da força policial, bem como a organização da estrutura administrativa do governo e ampliação dos correios. Suas falas e discursos eram publicados constantemente, não sendo poupados elogios a tudo que o Conselheiro Presidente dizia e fazia.

Pensando na construção de estradas, questão que comparece nas páginas dos jornais paranaenses ao longo da segunda metade do século 19, reencontramos um de nossos engenheiros negros que ganharam notoriedade na imprensa e na memória do Paraná: Antonio Rebouças. Grande destaque teve, por exemplo, seu discurso quando da inauguração dos trabalhos da Estrada do Mato Grosso. Sua fala tomou grande parte da página do jornal *O Dezenove de Dezembro*, dividindo espaço com a fala do reverendo vigário Agostinho Machado Lima que fez um “[...] agradecimento ao distinto engenheiro Antônio Pereira Rebouças Filho, que tem sido incansável em promover os melhoramentos desta província do Paraná” (Rebouças, 1871, p. 3). O inspetor geral de instrução pública, Bento Fernandes de Barros, também disse algumas palavras como representante da Assembleia Legislativa Provincial: “[...] com 17 anos de existência política como província, o Paraná já oferece o traço mais saliente do progresso econômico dos povos civilizados [...]” (Barros, 1871, p. 3) Antônio Rebouças foi o terceiro a discursar, ordem mantida na publicação de sua fala:

Permitirei, cominado, Srs, que vos fale com a linguagem do coração. Para mim esta festa não é só um contentamento, é mais do que isto, é como uma recompensa. Para quem foi dos iniciadores de uma ideia, para quem afagou-a no espírito largo do tempo, depois viu-a nascer e desenvolver-se a custa de penosos esforços, mesmo a preços de sacrifícios, o vê-la passar a ordem dos fatos, ver o pensamento transformar-se em realidade, antolhar-se em futuro próximo o fruto do trabalho em sua utilidade, é realmente causa para muito júbilo, é uma recompensa (Rebouças, 1871, p.).

Como se percebe, Antônio Rebouças ocupava um ‘lugar social’ que lhe permitia discursar e ser ouvido pela sociedade paranaense, um lugar de poder, de ‘estratégias’, muito diferente do que era ocupado pelo negro escravizado ou o negro pobre analfabeto. Diferente do escravo, que sempre tinha a sua cor reforçada nas notícias,

¹ Para confirmar-se sua condição de negro, veja-se, por exemplo, o da guerrá tipo retratando Zacarias de Gois e Vasconcellos e sua esposa, em Paris, tirado em 1853, cujos direitos autorais pertencem ao colecionador Cid Destefani (2010).

o negro intelectual assumia uma identidade ‘branca’ nas mesmas publicações. É claro que aqueles que liam o jornal e os conheciam – e com certeza eram muitos – sabiam que eram negros. Todavia, o que é possível observar, é que havia um silenciamento ou um acordo tácito em torno da menção de tal dado.

O silêncio em torno da cor da pele de alguns sujeitos que se destacaram no cenário intelectual paranaense, como os irmãos Rebouças e o presidente Zacarias, só não é maior do que o que ocorreu com o paranaense Sebastião Paraná de Sá Sottomaior, que, mesmo atualmente, não é mencionado como um intelectual negro.

Podemos interpretar estes silêncios como manifestação do que Nogueira (1998) analisa sobre a etiqueta das relações raciais construída no Brasil. Segundo o autor as relações tiveram influência do ‘Estatuto de *Puritate Sanguinis*’ que influenciou, no século XIX, na estruturação de regra tácita de manter sigilo e discrição em relação às origens raciais das pessoas. Fazer menção sobre a ascendência estigmatizada dos indivíduos seria de péssimo tom. No caso das ilustres figuras ainda mais, o discurso público as deveria ‘preservar’.

João Luís Bertolini (2000) pesquisou a contribuição de Sebastião Paraná para a educação paranaense no período demarcado como Primeira República (1889-1930) e aponta que se deparou com diversos textos (artigos em jornais de ex-alunos, escritos de amigos, etc.) que o mencionavam e que “[...] em todos estes só encontramos elogios a sua competência e ao seu caráter, a sua seriedade e a sua bondade” (Bertolini, 2000, p. 37). Realmente, localizamos alguns adjetivos dados a sua pessoa quando visitamos os jornais, como as breves notas abaixo:

Segue amanhã para a Corte este nosso distinto comprovinciano, que vai tratar da impressão do seu livro *Notícia Geral do Paraná*. Saudamos (A República, 1888, p. 4).

Para a Capital Federal seguiu ontem o operoso e inteligente paranaense Sebastião Paraná, uma das primeiras estrelas da constelação literária deste Estado. Ao distinto moço desejamos todas as aventuras de que se fez merecedor (A República, 1890, p. 4).

O estudioso e inteligente Sr. Sebastião Paraná nos enviou um exemplar da sua importante obrinha – *Esboço Geographico da Província do Paraná* [...] (Sebastião Paraná, 1889, p. 2).

Sebastião Paraná participou ativamente do cenário intelectual e cultural de Curitiba, fazendo coro a um grupo de intelectuais que pertenciam à ‘República das Letras’, entre o período de 1870 a 1920 (Myskiw, 2008). De parte desse grupo, inclusive, possuímos um retrato, no qual fica bastante evidente a presença deste homem negro no círculo da elite intelectual paranaense, em 1888, como pode ser observado na Figura 1.



Figura 1. Foto de Janeiro de 1888. Sentados: Leôncio Correia, Emiliano Pernetá, Nestor Vítor e José Moraes. Em pé, Rocha Pombo, ‘Sebastião Paraná’, Luiz Mariano de Oliveira e Jaime Balão (Pernetá, 1981)

Um manual didático elaborado por Sebastião, ‘O Brasil e o Paraná’, teve vinte e duas edições, entre os anos de 1903 e 1941. É pertinente ressaltar que sua relação com a imprensa era mais estreita que a dos Rebouças e do presidente Zacarias, já que foi redator dos jornais *A República* e *O Município*, bem como diretor do *Jornal da Tribuna*. Ele não somente tinha notícias sobre ele ou seus discursos publicados pela imprensa no geral, como tinha o poder de decidir sobre os textos e material publicitário dos jornais em que atuou e, principalmente, produzir notícias nesses veículos de comunicação.

É claro que não podemos deixar de notar que grande parte da exaltação de suas ações nas páginas da imprensa ocorre em período pós-abolição, quando já estava em movimento a busca por negação do passado escravocrata do Paraná. Porém, não devemos esquecer que ele viveu sua infância e adolescência em uma sociedade escravocrata na qual, ademais, as relações também eram tensionadas pela cor da pele do sujeito. Talvez, nenhum demérito sobre sua pessoa, devido a cor de sua pele, tenha sido feito ao cursar o ensino primário na escola do professor Miguel Schleder, muito menos quando entrou para o Colégio Curitibano, sob a direção do professor Nivaldo Braga. Acompanhando-o durante a vida – particularmente no período imperial – percebemos que, assim como ocorreu com os irmãos Rebouças e o presidente Zacarias, o lugar social que ocupava fez com que ‘embranquecesse’, isto é, assumisse as características reservadas ao lugar social do branco na ordem escravocrata, o que não muda o fato de ser ele mais um negro exercendo atividade intelectual no Paraná.

Considerações finais

Como palavras finais deste artigo, sintetizamos alguns aspectos relevantes que a investigação possibilitou. As fontes primárias analisadas permitem explicitar a segunda metade do século XIX como período no qual o Paraná foi marcado pela intensa atuação da população negra, tanto nas diferentes formas de inserção nas atividades voltadas para o trabalho e produção, nas condições de cativos e livres, como também no campo intelectual. Antonio Rebouças e André Rebouças, junto a outros atores do período, são representantes desta intelectualidade negra do Paraná do século XIX. Estas afirmações ganham relevância ao observamos o imaginário que veio a se constituir no século XX do Estado como local onde a formação social esteve alheia a presença da população negra. Na disputa por versões mutantes do passado as fontes analisadas oferecem uma interpretação sobre a significativa contribuição negra nas raízes do Paraná, em diversos extratos e atividades sociais e passando pela intelectualidade, empreendedorismo e gestão.

Outro ponto de interesse diz respeito as formas como as classificações raciais eram tratadas no discurso público, nas quais a identificação racial dos Rebouças e outros intelectuais negros passavam por estratégias de embraquecimento social. A existência de uma intelectualidade negra brasileira, por um lado, possibilitou a construção das teses de que a miscigenação não degradava, mas ‘purificava’ o sangue. Sílvio Romero, intelectual muito ativo no período abolicionista, alinhava-se ao darwinismo social, mas mantinha uma visão otimista sobre a miscigenação (Skidmore, 1976). O autor opinou sobre o futuro do país: “O povo brasileiro, como hoje se nos apresenta, se não constitui uma só raça compacta e distinta, tem elementos para acentuar-se com força e tomar um ascendente original nos tempos futuros. Talvez tenhamos ainda de representar na América um grande destino histórico-cultural” (Romero, 1888, apud Skidmore, 1976, p. 53). A ideia de superioridade da raça branca foi mantida, e os bons frutos do futuro condicionados à sua hegemonia “Pela seleção natural [...] o tipo branco irá tomar a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo” (Romero, 1880, apud Skidmore, 1976, p. 53). As bases para a interpretação sobre o ‘cadinho das raças’ e afirmação de uma ‘raça cósmica’ estavam postas e ancoradas no fato de muitos intelectuais ‘mestiços’ ou ‘mulatos’ atuarem no Brasil. Em paralelo o paradoxo destes homens e mulheres do século XIX, que operando numa sociedade racializada eram pressionados a assumir estratégias de ‘embranquecimento’ social. De novo resgatando uma interpretação do artigo, ancorada nas fontes primárias analisadas, tal paradoxo apresenta-se como pista significativa para a produção de outra memória e história dos Rebouças e outros intelectuais negros/as no passado do Paraná.

As formas com as quais a imprensa escrita de então tratavam as personalidades negras ocultando sua identificação de raça/cor tem aspectos que se manifestam em outros períodos históricos. Notemos que a arguta interpretação de Oracy Nogueira (1998) sobre a ‘etiqueta das relações raciais’ que prevê o não mencionar as origens raciais das pessoas em relações amigáveis, que foi observada nos anos 1950 como prolongamento das regras geradas pelas leis raciais da coroa espanhola e portuguesa e que vigoraram do século XV ao XVIII e que teriam gerado um *ethos* que operava (e opera) para manter as hierarquias raciais.

A observação do autor sobre o preconceito racial de marca como prolongamento de tradições do imaginário racista luso-brasileiro pode ser compreendida a partir do conceito operado por Ana Maria Gonçalves de ‘um defeito de cor’, que, segundo a interpretação de Eduardo de Assis Duarte (2013):

A expressão Um defeito de cor traz à baila a prática discriminatória vigente no período colonial de vedar aos descendentes de africanos, mesmo livres, o acesso a cargos públicos ou eclesiásticos, a não ser que renegassem sua identidade de origem – o ‘defeito de cor’ – e se declarassem brancos. Por outro lado, o título funciona como precioso índice temático que conforma um determinado horizonte de expectativas, e dialoga, entre outros, com o

Negro preto cor da noite, de Lino Guedes (1932), com os Poemas negros, de Solano Trindade (1936), com o Sortilégio – mistério negro, de Abdias do Nascimento (1957), com A cor da pele, de Adão Ventura (1980) e também com os citados Cadernos Negros. (Duarte, 2013, p. 221, grifo do autor).

O que se observa nas linhas dos jornais dos anos em que Antonio, André, assim como Zacarias e Sebastião circularam por aqui é a busca de ocultar/obnubilar o ‘defeito de cor’ dos nossos personagens intelectuais, forma de operação da “‘etiqueta das relações raciais’ e tendência que se acentua na primeira metade do século XX, quando na escrita sobre a história os traços de raça/cor dos personagens continuaram ocultados ou foram ainda mais encobertos e dissimulados.

O movimento de pesquisa historiográfica sobre intelectuais negros na formação histórica do Paraná faz parte do processo de se contrapor a esta tradição, ao buscar trazer à discussão formas outras de participação de personagens negros/as na formação e construção intelectual e social do Paraná.

Referências

- A República. (1888, outubro 24). Sebastião Paraná. *Jornal A República*, p. 4.
- A República. (1890, fevereiro 12). Sebastião Paraná. *Jornal A República*, p. 4.
- Barros, B. F. (1871, abril 19). Discurso. Assembleia Legislativa Provincial. *Jornal O Dezenove de Dezembro*, p. 3.
- Bertolini, J. L. d. S. (2000). *Sebastião Paraná – um construtor da educação. Construção de um imaginário da Primeira República (1889-1930)* (Monografia). Departamento de História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba.
- Bloch, M. (2009). *A apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Burke, P. (2000). História como memória social. In P. Burke, *Variedades de história cultural* (p. 67-90). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Burlamaque, P. C. (1867). *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo presidente da Província o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Polidoro César Burlamaque*. Curitiba, PR: Typographia de Cândido Martins Lopes.
- Carmo, J. J. (1864). *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Joaquim do Carmo passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. André Augusto de Pádua Fleury, no dia 18 de novembro de 1864*. Curitiba, PR: Typographia de Cândido Martins Lopes.
- Carvalho, A. L. A. d. (1870). *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná na abertura da 1ª Sessão da 9ª Legislatura, pelo presidente o Excelentíssimo e Ilustríssimo Senhor Dr. Antonio Luiz Afonso de Carvalho no dia 15 de fevereiro de 1870*. Curitiba, PR: Typographia de Cândido Martins Lopes.
- Cleve, D. (1900). Antonio Rebouças. *Revista do Club Curitibano, IV Centenário do Brasil* (e.p.), s/n.
- Darnton, R. (2005) Os esqueletos no armário: como os historiadores brincam de ser Deus. In R. Darnton, *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII* (p. 179-200). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Destefani, C. (2010, dezembro 18). Paraná 157 anos. *Jornal Gazeta do Povo*. Caderno Nostalgia. Recuperado em 3 de Maio de 2019 em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/nostalgia/parana-157-anos-d44q9l7eo2jipj5o0v40nu6ha/>
- Duarte, E. A. (2007). *Machado de Assis afrodescendente: escritos de Caramujo*. São Paulo, SP: Pallas.
- Duarte, E. d. A. (2013). Na cartografia do romance afro-brasileiro, Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves. In J. Almeida, A. M. Ribeiro, & H. T. Gomes (Orgs.), *Crítica pós-colonial - panorama de leituras contemporâneas* (p. 208-227). Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.
- Eleições. (1879, setembro 14). *Jornal O Dezenove de Dezembro*, p. 3.
- Falecimento de Antonio Rebouças. (1874, junho 3). *Jornal O Dezenove de Dezembro*, p. 3.
- Febvre, L. (1989). *Combates pela história*. Lisboa, PT: Presença.
- Fleury, A. A. d. P. (1865). *Relatório do Presidente da Província do Paraná, o Doutor André Augusto de Pádua Fleury na abertura da 2ª sessão da 7ª legislatura em 21 de março de 1865*. Curitiba, PR: Typographia de Cândido Martins Lopes.
- Fleury, A. A. d. P. (1866). *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná na primeira sessão da oitava legislatura, à 15 de fevereiro de 1866 pelo presidente André Augusto de Pádua Fleury*. Curitiba, PR: Typographia de Cândido Martins Lopes.

- Gama, L. (1904). *Primeiras Trovas Burlescas* (3a. ed.). São Paulo, SP: TYP; Bentley Júnior.
- Ginzburg, C. (1990). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais* (p. 143-179). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Krüger, E. (1937). *Vencendo rampas*. Porto Alegre, RS: Livraria O Globo.
- Leão, A. E. d. (1867). *Relatório do estado da Província do Paraná apresentado ao presidente o Ilustríssimo e Excelentíssimo Doutor Polidoro César Burlamaque pelo Vice Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão em 5 de novembro de 1866*. Curitiba, PR: Typographia de Cândido Martins Lopes.
- Levi, G. (2014). O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Revista Tempo*, 20(1), p. 1-20. Doi: 10.5533/TEM-1980-542X-2014203606
- Marrou, H-I. (1971). *História da educação na antiguidade*. São Paulo, SP: Herder.
- Martins, A. R. (1939). *História do Paraná*. São Paulo, SP: Rumo.
- Martins, W. (1989). *Um Brasil diferente: ensaio sobre os fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo, SP: T.A. Queiroz.
- Missa em memória de Antonio Rebouças. (1874, junho 6).. *Jornal O Dezenove de Dezembro*, p. 3.
- Myskiw, A. M. (2008). Curitiba 'República das Letras' (1870-1920). *Revista Eletrônica História em Reflexão*, 2(3), 1-27.
- Negrão, F. (1935). *Cinquentenário da Estrada de Ferro do Paraná*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1935.
- Negrão, F. (1975). Os Irmãos Rebouças. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, 26(1).
- Nogueira, O. (1998). *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo, SP: EDUSP.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10(1), 7-28.
- Perneta, E. (1981). *Revista Textura*. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná, 174 p.
- Pilotto, O. (1939). *Conferência alusiva ao centenário do nascimento de Antonio Rebouças Filho*. Curitiba, PR: Circulo de Estudos Bandeirantes.
- Rebouças A. (1875). *Dados estatísticos e esclarecimentos para imigrantes, publicados por ordem do ministério da agricultura, comércio e obras públicas*. Rio de Janeiro, RJ: Laemmert.
- Rebouças, A. (1871). *Caminho de Ferro Dona Isabel da Província do Paraná à de Mato-Grosso, pelos Vales do Rio Ivaí, Ivinhuma, Brilhante e Mondego*. Rio de Janeiro, RJ: Typographia e Lith. Carioca.
- Rebouças, A. (1871, abril 19). Discurso de Antonio Rebouças. *Jornal O Dezenove de Dezembro*, p. 3.
- Rebouças, A. (1876a). *Acondicionamento da erva-mate*. Rio de Janeiro, RJ: Typographia e Lith. Carioca.
- Rebouças, A. (1876b). *O Parque Nacional do Guayra*. Rio de Janeiro, RJ: Typographia e Lith. Carioca.
- Rebouças, A. (1938). *Diário e notas autobiográficas*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio.
- Reis, M. F. d. (1988). *Úrsula*. (Organização, atualização e notas por Luiza Lobo; Introdução de Charles Martin). Rio de Janeiro, RJ: Presença; Brasília, DF: INL.
- Schiminski, B. (2009). Caminhos do Paraná no século XIX. *Revista Eletrônica das Monografias de História*, 1(4), 28-61.
- Schueller, A. F. M. de., & Pinto, R. (2012). Intelectuais negros e reformas sociais: pensamento e projetos educacionais do professor André Pinto Rebouças. In *Anais do 9º Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas 'História, sociedade e educação no Brasil'* (p. 535-550). João Pessoa, PB.
- Sebastião Paraná. (1889, fevereiro). *Revista Galeria Ilustrada*, p. 2.
- Skidmore, T. E. (1976). *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Sociedade Central de Imigração. (1885, outubro 29). *Jornal Gazeta Paranaense*, p. 4.
- Sociedade Central de Imigração. (1888, setembro 21). *Jornal Gazeta Paranaense*, p. 4.
- Trindade, A. D. (2004). *André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social* (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Trindade, A. D. (2007). Entre o East River e o Iguaçu: os projetos de André Rebouças para a Província do Paraná. In *Anais do 13º Congresso Brasileiro de Sociologia* (p. 2-16). Recife, PE.
- Trindade, A. D. (2009). Os Irmãos Rebouças e as perspectivas de imigração espontânea no Paraná (1865-1875). In *Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional* (p. 01-16), Curitiba, PR.

Uma pitada. (1879, dezembro 20). *Jornal O Dezenove de Dezembro*, p. 2.

Wachowicz, R. (1993). *As moradas da Senhora da Luz*. Curitiba, PR: Edição do autor.

Westphalen, C. M. (1997). Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná? *Revista da SBPH*, 1(13), 25-63.

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Etienne Baldez Louzada Barbosa: Possui graduação em Pedagogia (UFPR), mestrado e doutorado em Educação, pela Universidade Federal do Paraná, na linha de História e Historiografia da Educação. Fez doutorado sanduíche na Universidade de Macerata, Itália, pela CAPES. É Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPIE-UFPR). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, História da Infância e História da Assistência à Infância. Seus estudos se voltam para os seguintes temas: criança, infância, educação infantil, estudos sociais da infância e avaliação da educação infantil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6780-3148>

E-mail: blb_etienne@hotmail.com

Juarez José Tuchinski dos Anjos: Professor Adjunto de História da Educação e História da Educação Brasileira no Departamento de Teorias e Fundamentos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (Modalidade Profissional) da Universidade de Brasília. Doutor (2015) e Mestre (2011) em Educação pela Universidade Federal do Paraná, na linha de História e Historiografia da Educação. Graduado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2006). Licenciado em Filosofia (Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes) pelo Claretiano Centro Universitário (2014). Líder do GRUPHE-UnB - Grupo de Pesquisa em História e Historiografia da Educação da Universidade de Brasília. Membro do corpo de editores da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP-INEP). Desde outubro de 2016 atua como gestor, na coordenação do Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (CEDUC-FE). Desenvolve pesquisa na área de História da Educação Brasileira nos séculos XIX e XX, sobre as seguintes temáticas: História da Infância, História da Escolarização, História das Culturas Escolares, História da Cultura Material Escolar, Egodocumentos. É Sócio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4677-5816>

E-mail: juarezdosanjos@yahoo.com.br

Paulo Vinícius Baptista da Silva: Possui Bacharelado e Licenciatura em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (1991), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (1996), Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005), Pós-Doutorado em Análise Crítica do Discurso na Universidade Pompeu Fabra (Barcelona, 2014). Tem larga experiência em pesquisas em rede, com atuação como pesquisador ou como coordenador em projetos regionais nacionais (entre os quais Educação e relações ético-raciais: o Estado da Arte, 2015-2018) e internacionais (entre os quais Racismo e Discurso na América Latina, 2005-2010). Tem também experiência na gestão de ciência e tecnologia, foi coordenador do DINTER PPGE-UFPR/UFAC (2017-2018), foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação (2011-2012), coordenador do GT Educação e Relações Raciais da ANPED (2010-2011), vice-coordenador do mesmo GT (2008-2009; 2012-2013), representante da Região Sul na Diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN - 2010-2012), é coordenador do Projeto de Internacionalização da UFPR "Relações de Poder, Assimetrias e Direitos Humanos" no CAPES-PRINT. É fundador e editor da *Journal of African and Afro-Brazilian Studies*; foi da equipe de editores da revista da ABPN (2017-2018) e foi Editor da *Educar em Revista* (2009-2011), período no qual a revista ascendeu para a classificação como A1 na avaliação Qualis da CAPES. É conferencista, tendo proferido palestras e conferências em 31 Universidades brasileiras das 5 regiões do país; em universidades na Itália (Universidade de Pavia e Universidade de Palermo); no México (Universidade Autónoma Metropolitana e Instituto Nacional de Antropologia e História), no Chile (Universidade de Talca); em Camarões (Universidade Yaoundé I e Universidade de Bamenda); em Moçambique (Universidade Eduardo Mondlane e Centro Cultural Brasil-Moçambique) e nos EUA (Universidade do Texas em Austin; Universidade Purdue; Universidade de San Antonio e Universidade do Nebraska em Omaha), entre as quais quatro conferências de abertura em congressos; duas aulas magnas em programas de pós-graduação e uma em lançamento nacional do Prêmio Jovem Cientista do CNPQ. Atualmente é bolsista produtividade 2 do CNPQ, atua no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFPR) e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UFPR). Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: relações raciais, racismo, políticas afirmativas, construção social da infância, políticas para a infância.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9207-2439>

E-mail: pauloviniciusufpr@gmail.com

NOTA:

Os autores foram responsáveis pela concepção, análise e interpretação dos dados; redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e ainda, aprovação da versão final a ser publicada.